

Quem Somos

A UNICAFES Foi criada em 21 de junho de 2005 por cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, que não se viam representadas nas organizações do cooperativismo existentes.

Com isso fundaram a UNICAFES no intuito de garantir serviços, infraestrutura e representação voltados para um cooperativismo vinculado aos movimentos sociais, a luta pela terra e por um modo de produção e de vida que dialogue com a sustentabilidade e a equidade no campo.







- Cooperativas municipais/territoriais;
- Autogestão (controle por agricultores/as familiares);
- Parcerias locais;
- Forte relação com as políticas públicas;
- Dinamismo econômico;
- Gestão democrática.





Representação

Incidência Legislativa

- Aprovação da Lei 6606/2019 que trata da Economia Solidária
- Revogação da Lei 12.690/12 superando o tratamento discriminatório e libertando parte das cooperativas de Trabalho a submissão a relação trabalhista
- Nova Lei Geral das Cooperativas em substituição à Lei 5764/71





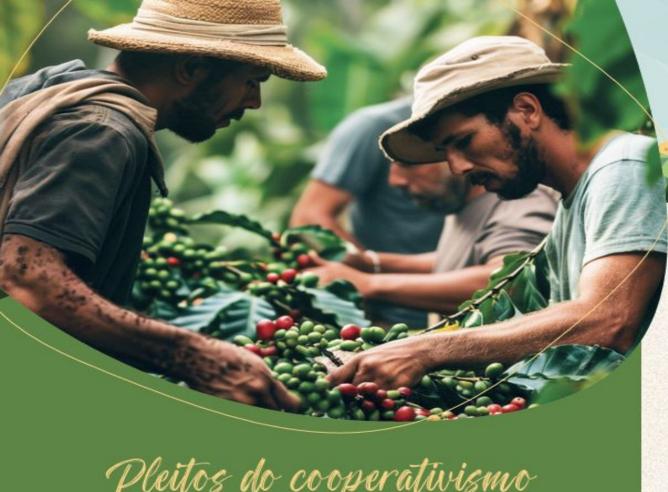
Projeto: Mulheres do Campo

- Fortalecimento do protagonismo feminino
- Formação em gestão e liderança
- Autonomia econômica e social
- Valorização da agricultura familiar
- Rede de apoio e cooperação solidária









Pleitos do cooperativismo da agricultura familiar para a COP 30

1. Valorização dos Agricultores Familiares

Apesar da relevância das cooperativas no meio rural, o acesso a crédito climático é extremamente limitado. O Fundo Verde para o Clima (GCF) e outras fontes multilaterais ainda não estão adaptadas à escala da agricultura familiar. É necessário promover instrumentos de microcrédito verde, especialmente em parceria com cooperativas de crédito como a Cresol, com forte atuação junto aos pequenos produtores.

Propostas:

- Reconhecimento da agricultura familiar como sujeito político e estratégico na agenda climática global, fundamental para a soberania e segurança alimentar dos povos.
- Criação de políticas públicas e mecanismos de governança climática que assegurem a participação efetiva das organizações de agricultores familiares nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas ambientais.
- Inclusão das cooperativas da agricultura familiar nos mecanismos oficiais da UN-FCCC e do Grupo de Sharm El-Sheik, reconhecendo seu papel na implementação de soluções sustentáveis.

2. Acesso a Microcréditos para Famílias Cooperadas

Apesar da relevância das cooperativas no meio rural, o acesso a crédito climático é extremamente limitado. O Fundo Verde para o Clima (GCF) e outras fontes multilaterais ainda não estão adaptadas à escala da agricultura familiar. É necessário promover instrumentos de microcrédito verde, especialmente em parceria com cooperativas de crédito como a Cresol, com forte atuação junto aos pequenos produtores.

Propostas:

- Estímulo à criação de fundos nacionais e internacionais de microcrédito climático voltados especificamente a familias agricultoras organizadas em cooperativas.
- Ampliação do acesso a instrumentos financeiros de baixo custo, com assistência técnica e capacitação integrada, para investimentos em práticas sustentáveis.
- Parcerias com bancos públicos e cooperativas de crédito para viabilizar linhas de microcrédito verdes, com foco em produção agroecológica, tecnologias limpas e diversificação produtiva.

3. Modernização do Campo com Sustentabilidade

A digitalização do campo é vital para aumentar a resiliência climática. Segundo o MCTI, o Plano Nacional de Internet das Coisas prioriza a agricultura, reconhecendo seu potencial de inovação e impacto socioambiental. A inclusão das cooperativas familiares nesse processo é estratégica para promover uma transição tecnológica sustentável.

Propostas:

- Investimentos públicos e privados para modernização da produção com tecnologias apropriadas à realidade da agricultura familiar, integrando inovação, digitalização, respeito à cultura local e sustentabilidade.
- Fomento a sistemas de produção resilientes com foco em agricultura de precisão, energias renováveis, conectividade rural e acesso a mercados digitais.

4. Agricultura de Baixo Carbono

O Plano ABC+ (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), do MAPA, inclui práticas agroecológicas e de ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) como medidas prioritárias. As cooperativas familiares já aplicam essas práticas e carecem de apoio para acessar programas de certificação ambiental e pagamento por serviços ecossistêmicos.

Propostas:

- Apoio à implementação de práticas de agroecologia, integração lavoura-pecuária-floresta, manejo sustentável de solos e recuperação de áreas degradadas.
- Reconhecimento da contribuição dos agricultores familiares para redução de emissões e sequestro de carbono, com incentivo à certificação e remuneração por servicos ambientais.
- Apoio técnico e financeiro para transição de modelos convencionais para sistemas agroecológicos e regenerativos.

5. Financiamento Climático

Apesar dos compromissos internacionais, menos de 2% dos recursos do GCF chegam diretamente a organizações locais. A inclusão das cooperativas familiares como entidades acreditadas, com critérios adaptados, é um passo fundamental. Estudos propõem a criação de um Fundo Global de Resiliência da Agricultura Familiar para apoiar iniciativas locais de mitigação e adaptação.

Propostas:

- Acesso direto das cooperativas da agricultura familiar a recursos de fundos climáticos multilaterais, como o Green Climate Fund (GCF) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).
- Criação de mecanismos financeiros adaptados à escala e capacidade da agricultura familiar, com critérios simplificados, instrumentos de garantias solidárias e apoio institucional.
- Cooperação internacional para mobilização de recursos voltados a iniciativas locais de baixo carbono, biodiversidade e inclusão socioeconômica.

6. Fortalecimento da Bioeconomia

A bioeconomia de base comunitária é um dos eixos da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As cooperativas vinculadas à UNICAFES atuam com produtos da sociobiodiversidade como castanha, açaí, cumaru e óleos essenciais. O investimento em rastreabilidade e comercialização internacional é chave.

Propostas:

- Apoio à cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com foco na agregação de valor, rastreabilidade e comercialização dos produtos oriundos da floresta e dos territórios tradicionais.
- Investimento em infraestrutura, inovação e governança territorial para as cooperativas que atuam com extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais e produtos da biodiversidade brasileira.
- Valorização do conhecimento tradicional e dos saberes dos povos do campo, da floresta e das águas como parte da inteligência climática dos territórios.

7. Fomento à Transição Energética

A geração descentralizada de energia solar representa uma oportunidade para aumentar a autossuficiência das cooperativas. O Plano Clima do Governo Federal prevê a promoção de fontes renováveis, e estudos mostram que famílias rurais podem gerar entre R\$ 500 e R\$ 2.000 por ano com créditos de carbono gerados por energia solar.

Propostas:

- Ampliação do acesso das cooperativas da agricultura familiar a tecnologias de energia solar, biomassa, biogás e outras fontes limpas, com apoio técnico e linhas de crédito específicas.
- Inclusão das cooperativas nos programas de transição energética justa e descentralizada, com prioridade para territórios vulnerabilizados.
- Incentivo à geração distribuída e à autossuficiência energética nas unidades de produção e beneficiamento da agricultura familiar.

8. Adaptação e Mitigação de Riscos Climáticos

O estudo do PNUD (2024) mostra que apenas 27% dos agricultores cooperados na Amazônia têm acesso à ATER, índice ainda menor entre os não cooperados. A assistência técnica climática é decisiva para mitigar riscos e construir resiliência territorial.

Propostas:

- Criação de programas territoriais de resiliência climática com protagonismo das cooperativas, envolvendo sistemas de alerta precoce, diversificação de culturas e práticas agroecológicas.
- Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER) com enfoque em adaptação climática, voltada à proteção da produção, da renda e da vida no campo.
- Ampliação do acesso a seguros rurais climáticos e políticas de gestão de riscos integradas à lógica cooperativista.

9. Inclusão Socioprodutiva da Juventude e das Mulheres Rurais

O Censo Agropecuário do IBGE (2017) apontou o envelhecimento da população rural e a baixa titularidade das mulheres. As cooperativas da UNICAFES promovem a formação de lideranças jovens e femininas, mas é necessário ampliar o acesso ao crédito diferenciado e políticas de formação técnica para esses grupos.

Propostas:

- Reconhecimento da juventude rural e das mulheres agricultoras como atores estratégicos para a inovação, regeneração e continuidade da agricultura familiar.
- Criação de programas climáticos com prioridade para jovens e mulheres cooperados(as), com acesso diferenciado a crédito, formação, tecnologias sociais e espaços de decisão.
- Apoio à formação de lideranças jovens e femininas no cooperativismo, com enfoque em gestão sustentável, empreendedorismo o governança climática por territórios.

10. Soberania e Segurança Alimentar como Pilares da Justiça Climática

A FAO reconhece os sistemas alimentares baseados na agricultura familiar como mais resilientes e essenciais ao combate à fome. A crise climática ameaça esses sistemas, e políticas públicas como o PAA e o PNAE são fundamentais para protegê-los.

Propostas:

- Inserção dos sistemas alimentares baseados na agricultura familiar no centro das negociações climáticas como estratégia de mitigação, adaptação e combate à forne.
- Criação de políticas públicas que protejam os circuitos curtos de comercialização e garantam acesso a alimentos saudáveis e produzidos localmente, mesmo diante de eventos climáticos extremos.
- Fortalecimento da resiliência dos sistemas alimentares locais, com incentivos à diversificação produtiva, estoques comunitários, circuitos territoriais de abastecimento e compras públicas.

11. Inclusão Digital e Inovação Tecnológica para o Clima

A exclusão digital no campo compromete o acesso a mercados, financiamento e informações climáticas. O Ministério das Comunicações tem expandido o Wi-Fi Brasil, mas é preciso garantir conectividade estratégica. Plataformas de rastreabilidade e gestão digital são urgentes para profissionalizar as cooperativas.

Propostas:

- Garantia de acesso à conectividade e inclusão digital nas comunidades rurais como base para a construção de políticas climáticas baseadas em dados, participação e transparência.
- Criação de Infraestruturas e plataformas tecnológicas que conectem cooperativas familiares a mercados, programas de crédito climático, alertas de risco e cadelas logísticas inteligentes.
- Apoio à digitalização das cooperativas e uso de tecnologias de baixo custo (como apps de rastreabilidade, monitoramento climático e gestão agroecológica) para aprimorar práticas sustentáveis, garantir transparência e facilitar o acesso a financiamento verde.

12. Expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Agricultura Familiar

O acesso à ATER adaptada às mudanças climáticas é essencial. A PNATER, o Plano Safra da Agricultura Familiar e o PAA devem ser integrados a fundos climáticos. A atuação das cooperativas como prestadoras de ATER deve ser fortalecida com recursos nacionais e internacionais.

Propostas:

- Ampliação massiva da oferta de serviços públicos e privados de ATER especializada em práticas sustentáveis, agroecologia, bioeconomia e adaptação climática, com prioridade para agricultores familiares organizados em cooperativas.
- Criação de programas nacionais e internacionais de fortalecimento da ATER na Amazônia, onde apenas 27% dos cooperados acessam este serviço, segundo estudo recente do PNUD (2024), índice ainda mais baixo entre produtores não cooperados.
- Estímulo à participação de cooperativas, associações locais e organizações da sociedade civil como prestadoras de ATER climática, diversificando a implementação e respeitando as especificidades territoriais.
- Mobilização de recursos dos fundos climáticos internacionais, como o Green Climate Fund (GCF), para financiar projetos de assistência técnica adaptativa voltados à agricultura familiar.
- Integração da expansão da ATER com políticas públicas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o Plano Safra da Agricultura Familiar, o PAA e o PNAE.



